

Veículo: Farol News	Online
Data: 18/05/2022	Caderno: Notícias



Sefaz-Ba intercepta cargas irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões

maio 18, 2022 | [Notícias](#)



A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada.

Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-Ba em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

Etanol fora de rota

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo.

As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no

documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-Ba, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Responsabilização criminal

A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser inclusive responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. “A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal”, afirma Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-Ba.

Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-Ba escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país.

R\$ 14 milhões recuperados

Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães.

Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.

Crédito: Divulgação

Veículo: Jornal Grande Bahia	Online
Data: 18/05/2022	Caderno: Notícias



Sefaz Bahia intercepta cargas irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões; Interceptações ocorreram em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada

18 de maio de 2022 [Redação do Jornal Grande Bahia](#)



As cargas foram interceptadas por unidades fiscais em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada, no âmbito da operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda, que tem apoio de outros fiscos estaduais e da Polícia Rodoviária Federal.

A **Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14/05/2022) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada.

Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-Ba em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

Etanol fora de rota

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo.

As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-Ba, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Responsabilização criminal

A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser inclusive responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. “A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal”, afirma Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-Ba.

Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-Ba escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país.

R\$ 14 milhões recuperados

Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães.

Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.



[CAPA \(/CAPA\)](#) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(/ULTIMASNOTICIAS\)](#) [MIUDINHAS \(/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](#) [COLUNISTAS \(/COLUNISTAS\)](#)

[ARTIGOS \(/ARTIGOS\)](#) [BAHIAJÁ VÍDEOS \(/VIDEOS.PHP\)](#) [FALE CONOSCO \(/FALECONOSCO\)](#)

quinta-feira, 19 de maio de 2022

ECONOMIA (/ ECONOMIA)

SEFAZ-BA INTERCPTA CARGAS IRREGULARES DE ETANOL E CHARQUE DE R\$3,38 MI

As cargas foram interceptadas por unidades fiscais em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada, no âmbito da operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda

Da Redação , Salvador | 19/05/2022 às 04:37

[Facebook](#)

[Twitter](#)

[WhatsApp](#)



Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Foto: SEFAZ

A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada.

Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-Ba em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

Etanol fora de rota

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo.

As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-Ba, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Responsabilização criminal

A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser inclusive responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. "A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal", afirma Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-Ba.

Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-Ba escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em

escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país.

R\$ 14 milhões recuperados

Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães.

Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.



(/enviarnoticia?

idEditoria=

1&idNoticia=

138743)

MAIS NOTÍCIAS



(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)
FAEB PROMOVE ENCONTROS COM PRÉ CANDIDATOS AO GOVERNO DA BAHIA (</economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html>)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)
COFFETOWN DO CORREDOR DA VITÓRIA PARTICIPA DO RESTAURANT WEEK (</economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html>)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)
MISTURA ITAPUÃ PARTICIPA DO SALVADOR RESTAURANT WEEK COM MENU ESPECIAL (</economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html>)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)
CONTINENTAL AMPLIA OFERTA DE PNEUS AUTOSSELANTES NO MERCADO BRASILEIRO (</economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html>)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)
CUSTO DE VIDA EM PARIS É ALTO MAS NÃO ASSUSTA PARA QUEM GANHA EM EUROS (</economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html>)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

BAHIA JÁ

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/ECONOMIA/NOTICIA/2022/05/16/CUSTO-DE-VIDA-EM-PARIS-E-ALTO-MAS-NAO-ASSUSTA-PARA-QUEM-GANHA-EM-EUROS,138683,0.HTML)

CAPA (/CAPA.PHP)

ÚLTIMAS NOTÍCIAS (/ULTIMASNOTICIAS)

MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)

ARTIGOS (/ARTIGOS)

FALE CONOSCO (/FALECONOSCO)

EDITORIAS

POLÍTICA (POLITICA)

SALVADOR (SALVADOR)

BAHIA (BAHIA)

DIREITO (DIREITO)

ECONOMIA (ECONOMIA)

SAÚDE (SAUDE)

TECNOLOGIA (TECNOLOGIA)

TURISMO (TURISMO)

SHOWS (SHOWS)

ESPORTE (ESPORTE)

CULTURA (CULTURA)

COLUNISTAS

MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)

POLÍTICA (/TASSOFRANCO/POLITICA)

A BOA MESA (/DOMFRANQUITO/ABOAMESA)

CRÔNICAS (/JOLIVALDOFREITAS/CRONICAS)

ESPORTES (/ZEDEJESUSBARRETO/ESPORTES)

CINEMA (/DIOGOBERNI/CINEMA)

LITERATURA (/ROSADELIMA/LITERATURA)

CANTINHOS DA BAHIA (/AGAPITOPAES/CANTINHOSDABAHIA)

CAUSOS & LENDAS (/LOBISOMEMDESERRINHA/CAUSOS&LENDAS)

FILOSOFIA POPULAR (/RASTADOPELO/FILOSOFIAPOPULAR)

CRÔNICAS DE COPACABANA (/NARAFRANCO/CRONICASDECOPACABANA)



(<https://www.facebook.com/bahiaja>)



(<https://twitter.com/bahiaja>)



(<https://www.instagram.com/bahia.ja>)

Veículo: GINNO LARRY

Canal de Comunicação:
INTERNET

Título: Salvador sedia 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais e reúne especialistas e autoridades

Data: 18/05/2022

Link: <https://ginnolarry.com.br/salvador-sedia-6o-congresso-luso-brasileiro-de-auditores-fiscais-e-reune-especialistas-e-autoridades/>



A sexta edição do Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais vai acontecer em Salvador entre os dias 12 e 15 de junho, no Teatro Castro Alves (evento de abertura) e no auditório do Fiesta Bahia Hotel (palestras). Neste ano, o evento marca os 200 anos da Independência do Brasil e trata das questões fiscais debatidas sob a perspectiva da Democracia e do Desenvolvimento, com a preocupação de apontar para uma agenda para o futuro. O evento deve receber mais de 500 auditores fiscais da Receita Federal, dos Estados e dos municípios de todo o país e de Portugal. Confira a programação completa: <https://www.congressolusobrasileiro.org.br/programacao-completa.php> O Congresso é realizado pela Febrafitte - Associação Nacional de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais; Apit - Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira, de Portugal; e Unafisco - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. A entidade anfitriã é o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF). "A questão tributária é central para resolvermos grandes problemas do Brasil, como a crise econômica, o desemprego e as desigualdades sociais. Reunir tantos especialistas para debatermos esses temas afeitos ao trabalho dos auditores fiscais e relevantes para toda a sociedade é uma oportunidade especial de geração de conhecimento e troca de experiências", destaca o presidente da Febrafitte, Rodrigo Spada. Presidente do IAF Bahia, Marcos Carneiro explica que o evento traz para Salvador assuntos relevantes com profissionais que se destacam na área: "É uma oportunidade muito especial sermos os anfitriões desta edição do congresso, que é um evento que propõe um diálogo internacional sobre temas absolutamente relevantes para os países participantes. Salvador vai protagonizar debates essenciais sobre as receitas públicas e questões fiscais e, na ocasião, vamos também celebrar o bicentenário da Independência do Brasil aqui, que foi a primeira capital do país". **Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitório** celebra o intercâmbio entre auditores brasileiros e portugueses e os bons frutos que serão colhidos dessa troca: "Em um contexto em que os estados nacionais e subnacionais vêm sendo cada vez mais desafiados pelas profundas transformações do capitalismo global e pela erosão das receitas públicas, a gestão tributária torna-se essencial para assegurar os recursos para financiamento do Estado, única instância capaz de promover o desenvolvimento equânime e efetivamente reverter a tendência de crescimento das desigualdades sociais. O intercâmbio de experiências e reflexões entre auditores fiscais de Brasil e Portugal deverá certamente trazer contribuições importantes para este debate". A cada edição, o evento internacional tem reunido cerca de 500 congressistas e já conquistou chancelas de peso, como a concessão do Alto Patrocínio do Presidente da República de Portugal e o apoio institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entre painéis, palestras e palestra magna, a programação conta com nomes como Paulo Nogueira Batista Júnior, economista, autor do livro "O Brasil não cabe no quintal de ninguém" e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento estabelecido pelos Brics; Paulo Portas, comentarista de política da rede CNN Portugal e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; a diplomata e política portuguesa Ana Gómes; e o secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar.

DA REDAÇÃO

Evento que retoma o formato presencial em 2022, a Bahia Farm Show, que acontece entre os dias 31 de maio e 4 de junho, no município de Luís Eduardo Magalhães, oeste da Bahia, terá também a solidariedade como destaque.

De acordo com a organização do evento, parte da renda com a venda dos ingressos será destinada ao Hospital do Oeste (HO), em Barreiras, unidade de saúde que atende toda a região Oeste da Bahia e estados vizinhos da área de influência do agronegócio do Matopiba, como Piauí e Tocantins.

Na edição de 2019, foram doados quase R\$ 36 mil, destinado pela direção do HO para reforma do refeitório e do setor de bioimagem.

Em 2018 o montante doado foi de R\$ 23 mil, revertido em reforma e aquisição de móveis e equipamentos para a sala de espera, no setor de emergência.

"Além de ajudar a movimentar a economia local, a realização da Bahia Farm Show levará benefícios diretos para a população. OHO recebe pacientes de toda a região, e durante a pandemia foi fundamental para salvar vidas em um momento crítico", diz o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), entidade realizadora da Bahia Farm Show, Odacil Ranzi.

"Nós, produtores rurais, nos sentimos felizes em ser parte integrante desse movimento de abraçar uma instituição como o Hospital do Oeste, que de forma direta, beneficia a população

AGRO Evento acontece entre os dias 31 de maio e 4 de junho em Luís Eduardo Magalhães; edição de 2019 arrecadou quase R\$ 36 mil para entidade

Bahia Farm Show terá renda revertida ao Hospital do Oeste



Miriam Hermes / Ag. A TARDE / 31.5.19

Visitantes conhecem as principais novidades de maquinário para o setor na edição da Bahia Farm de 2019

Evento vai oferecer palestras, treinamentos e workshops com especialistas

no momento que mais precisa", completa.

Atrações

Aqueles que forem até o complexo Bahia Farm Show terão uma experiência completa da tecnologia utilizada no campo.

Além da grandiosidade dos maquinários e da de-

monstração de tecnologia agrícola de ponta, os visitantes poderão conferir exibições de vídeos em tecnologia 3D, salas de cinema, jogos virtuais voltados ao mundo agro, campos experimentais, palestras, treinamentos e workshops ministrados por especialistas.

Destaque para a exposição

fotográfica que retrata as belezas naturais e a produção agrícola do cerrado baiano, e a Praça do Museu, com veículos e maquinário antigo.

Para ter acesso à feira, será cobrado o ingresso de R\$ 20, sendo parte revertida para o Hospital do Oeste, por meio do programa "Ingresso Solidário".

SÃO JOSÉ DA VITÓRIA

TCM determina que prefeito devolva recursos públicos

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia acatou denúncia apresentada contra o prefeito de São José da Vitória, sul da Bahia, Jeová Nunes de Souza (PSB), em razão do abastecimento irregular de veículo pertencente à vereadora Dilma Tânia Conceição dos Santos (PSD), no exercício de 2021.

O conselheiro Mário Negromonte, relator do processo, determinou ao gestor a devolução aos cofres municipais da quantia de R\$ 1.824,00, com recursos pessoais. Também lhe foi imputada uma multa de R\$ 1 mil.

A denúncia foi apresentada por Antônio Carlos Amorim Guimarães, presidente do Instituto Brasileiro de Trânsito, Transportes e Estatística do Estado da Bahia – IBTTE, e indicou que, somente no mês de março de 2021, foram abastecidos o total de 300 litros de combustível no carro da vereadora Dilma Tânia Conceição dos Santos, totalizando o valor de R\$ 1.824,00 desviado dos cofres públicos.

O prefeito, na defesa, justificou que "o suposto abastecimento do veículo, conforme já relatado, (...) constatou-se ter havido equívoco por parte do servidor responsável por alimentar as tabelas do SIGA".

A TARDE

Memória

Fazendo o resgate dos acontecimentos da história da Bahia e do Brasil, através do olhar de **A TARDE** ao longo dos seus **109 anos**, com a assinatura da Jornalista e Doutora em Antropologia, Cleidiana Ramos.

Todo sábado no Jornal A TARDE

Acompanhe, também, no Portal **A TARDE** - www.atarde.com.br

Portal **A TARDE** www.atarde.com.br **Jornal A TARDE**

Grupo **A TARDE** COMUNICAÇÃO





ENERGIA Governo deve seguir com medidas necessárias para abrir o capital da empresa até agosto deste ano; ministro Vital do Rêgo foi contrário à operação

TCU forma maioria para privatização da Eletrobras

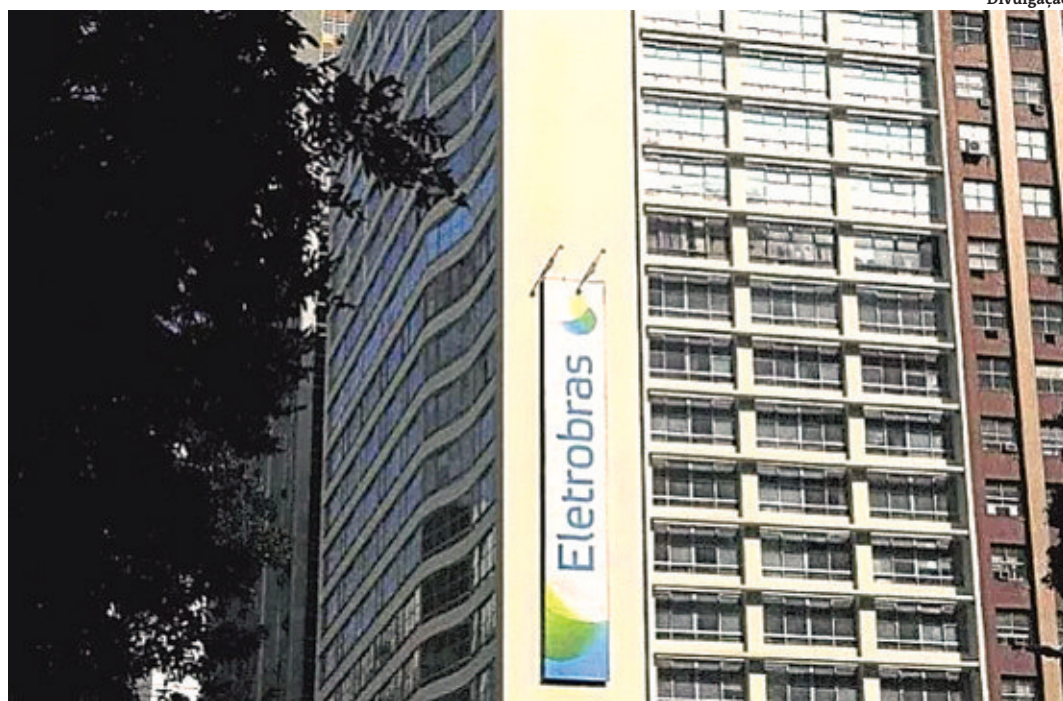
DA REDAÇÃO

O Pleno do Tribunal de Contas (TCU) formou ontem maioria para a continuidade do processo de privatização da Eletrobras. Agora, o governo deverá seguir com as medidas necessárias para abrir o capital da empresa até agosto deste ano. Se conseguir isso, a União deixará de controlar a maior parte do capital acionário da estatal.

Entre os integrantes do tribunal, apenas um, o ministro Vital do Rêgo, foi contrário à operação de venda do controle da estatal de energia. Outros sete ministros votaram pela privatização.

Inconsistências

Rêgo, em seu parecer, alega que os dados da privatização e modelo têm uma série de inconsistências. Entre elas a valoração de Itaipu e os dividendos ligados à Eletrobras, criticou a falta de transparência do governo, erros no cálculo do valor da Eletrobras e propôs que a capitalização fosse suspensa até que uma investigação do TCU sobre provisões fosse concluída. O ministro, no entanto, não conseguiu apoio dos demais integrantes do cole-



Divulgação

União deixará de controlar maior parte do capital acionário, após privatização

Ministro Vital do Rêgo foi contrário à operação de venda do controle da estatal

Propôs que a capitalização fosse suspensa até que uma investigação do TCU fosse concluída

giado para prevalecer seu entendimento.

Após a maioria dos ministros declararem apoio ao posicionamento do relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo afirmou que respeita a decisão. "Aceito a decisão da maioria, mesmo não entendendo o posicionamento dela. Aceito, mas não entendo, mas respeito acima de tudo."

AGRONEGÓCIO

ICAgro da Fiesp fecha primeiro trimestre em 111,5 pontos

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), fechou o 1º trimestre de 2022 em 111,5 pontos, 1,9 ponto acima do levantamento do último trimestre de 2021. Já em relação ao mesmo período do ano passado, quando o índice ficou em 117,4, houve queda de 5,9 pontos.

Resultados acima de 100 pontos estão na faixa considerada otimista pela metodologia do estudo, enquanto resultados inferiores a 100 denotam pessimismo.

De acordo com a Fiesp, o resultado positivo em relação ao final do ano passado foi puxado pelas indústrias situadas Depois da Porteira, o único segmento dentre os pesquisados em que a confiança melhorou, já que os índices da indústria Antes da Porteira e dos produtores agropecuários caíram em relação ao trimestre anterior.

"O bom momento das exportações do agronegócio é uma das razões às quais pode ser atribuído o ganho de otimismo", explicou o diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, Roberto Betancourt.

EM ALTA

Turismo nacional cresce 43,5% no mês de março

CAMILA BOEHM

Agência Brasil, São Paulo

O turismo nacional faturou R\$ 15,4 bilhões em março deste ano, o que representa alta de 43,5% ou R\$ 4,8 bilhões, em termos monetários, na comparação ao mesmo período de 2021. Os dados são do levantamento do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP).

A entidade avalia que o setor se aproxima dos patamares anteriores à pandemia, ainda que os números sejam 7,1% inferiores quando comparados a março de 2019. O crescimento neste ano foi impulsionado, principalmente, pelo setor aéreo, que faturou R\$ 4,4 bilhões, ou seja, aumento de 113,5% em um ano, apontou a FecomercioSP.

"Quatro fatores contribuíram para o crescimento do transporte aéreo no mês, maior contenção da variante Ômicron, demanda reprimida na pandemia, dias de carnaval no início do mês e redução das restrições e do uso de máscaras. A alta do querosene de aviação influenciou a altano faturamento, ao fazer os preços das passagens subirem na segunda quinzena de março", disse a FecomercioSP.

Não doe sangue para mosquito.

Dengue, zika e chicungunya? CAIA FORA!



Encha de areia os vasos de plantas

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/columnista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Investimento em renda fixa

Em tempos de inflação de dois dígitos, recebo muitos e-mails pedindo dicas de investimentos de renda fixa, os mais procurados nesses tempos de inflação. Não sou especialista no assunto, pois me dedico mais à chamada macroeconomia, por isso sempre recomendo a consulta a um operador do mercado ou gerente de banco, ainda que esses profissionais tenham metas a cumprir e muitas vezes indiquem aplicações de acordo com as prioridades dos bancos ou corretoras.

Apesar disso, é possível indicar algumas possibilidades de aplicação, não para os grandes investidores que possuem equipes especializadas, mas para o pequeno e médio investidor que quer proteger seu dinheiro da inflação. E aqui vale dizer, desde logo, que o rendimento da poupança fica abaixo da inflação e a maioria dos fundos

de renda fixa também, porque a taxa de administração e os impostos comecem a maior parte da rentabilidade. Por isso é preciso buscar outras aplicações no mercado como, por exemplo, as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), emitidas por bancos e instituições financeiras para financiar o setor. Esses papéis viabilizam uma rentabilidade da ordem de 95% a 97% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e às vezes até mais, a depender do valor e do prazo e são seguras e isentas de imposto. Se o aplicador conseguir 97% do CDI vai ter um rendimento bem próximo da taxa Selic do período. O problema é que a demanda por esses papéis cresceu tanto que alguns bancos estão com lastro baixo de recursos para esse tipo de aplicação. Outro bom investimento é o chamado Te-

souro Direto, títulos emitidos pelo governo, cuja rentabilidade pode ser prefixada, ou seja, definida a priori e pode ser bom para quem acha que os juros vão começar a cair; ou pós-fixada, que rende a variação da Selic, e é bom para quem acha que juros seguirão em alta. E tem a híbrida, que rende o IPCA mais uma taxa de juros determinada. São os títulos mais seguros do mercado, mas geralmente exigem prazo maior para o vencimento, embora possam ser sacados

É preciso buscar outras aplicações, como as Letras de Crédito Imobiliário

a qualquer momento, após um período de carência.

No mercado existem LCA e LCI com prazo de até três meses, após os quais o dinheiro pode ser sacado gradualmente sem restrições. Existe também o CDB – Certificado de Depósito Bancário, mas nele incide imposto. Uma LCI com rendimento de 93% do CDI, por exemplo, é muito mais vantajosa do que um CDB com retorno bruto de cerca de 120% do CDI. Lembrando que isso depende muito do título. CDBs também podem ser prefixados, com a taxa de juros anual definida a priori; pós-fixado, atrelado à variação do CDI e híbrido, que mescla as duas formas. Se um CDB paga como rendimento bruto 100% do CDI, o investidor está perdendo poder aquisitivo, pois o imposto de renda pode chegar a 22,5%. E se o prazo for menor do que 30 dias, haverá

cobrança de IOF. E um detalhe: o CDB tem proteção do Fundo Garantidor de Crédito, mas só até um teto de R\$ 250 mil por CPF e por instituição financeira.

É bom, portanto, averiguar que empresa privada está emitindo o título, quando for o caso. No mercado existem outras aplicações de renda fixa emitidas por bancos e empresas privadas. Por exemplo, as debêntures, que representam um empréstimo feito para uma empresa de qualquer setor financiar seus projetos. Elas oferecem maior rentabilidade e têm prazo de vencimento mais longo, mas aí é preciso ter um enorme cuidado com o risco de crédito da empresa. Essas são apenas algumas aplicações no mercado de renda fixa e todas precisam ser analisadas de forma criteriosa, verificando antes de tudo os objetivos do investidor.

O Reiq, a petroquímica e a Câmara

A Câmara dos Deputados derrubou a Medida Provisória encaminhada pelo presidente Jair Bolsonaro que previa a extinção imediata do Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e seria prejudicial ao setor petroquímico baiano. Pelo novo texto haverá o retorno do Reiq em janeiro de 2023 até 2028. Mas, segundo a Abiquim - Associação Brasileira da Indústria Química, os dispositivos incluídos no texto do relator não resolvem o problema, pois dá ao Poder Executivo, que pleiteia a extinção, a responsabilidade de regulamentar as contrapartidas elencadas, sem estabelecer um prazo para tal providência. Em outras palavras, permite a extensão indefinida da ausência de regulamentação.

EMPREGOS Trabalhadores sem registro ou por conta própria cresceram 6,3 milhões no período

Número de empregos com carteira assinada cai 2,8 milhões em 8 anos

DA REDAÇÃO

O número de postos de trabalho com carteira assinada no Brasil caiu 2,8 milhões nos últimos 8 anos, segundo levantamento da LCA Consultores a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE.

Os trabalhadores sem registro ou por conta própria cresceram 6,3 milhões no mesmo período.

Em 2014 o país atingiu o pico de trabalhadores com carteira assinada, 43% na época. No primeiro trimestre de 2022, o índice caiu para 38,1%, que correspondem a 36,3 milhões dos brasileiros, contra os 39,1 milhões em 2014.

No período pré-pandemia, o índice era 38,7%. Nos 8 anos, a categoria de tra-

balhadores por conta própria saltou de 22,5% para 26,5% do total de ocupados. Em seguida, os empregados sem carteira assinada, que subiram de 11,6% para 12,8%.

Juntas, as duas categorias totalizam 37,5 milhões de cidadãos ou 39,3% da população empregada, maior que o número de trabalhadores com carteira assinada.

Em 2014, o Brasil atingiu o pico de trabalhadores com carteira assinada, 43%



Índice de empregados sem carteira assinada subiu de 11,6% para 12,8% em 8 anos

EVENTO

Energia do Brasil é a mais renovável do planeta

AGÊNCIA BRASIL
Rio de Janeiro

Os desafios e as oportunidades na implementação da economia verde no Brasil nortearam ontem os painéis do primeiro dia do Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes.

No painel sobre o setor financeiro e o fomento a projetos e ativos ambientais, moderada pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Gustavo Montezano, foram lembrados os diferenciais do Brasil em relação a outros países quando se fala em sustentabilidade. A presidente do banco UBS, Sylvia Coutinho, ressaltou que “a energia brasileira é a mais limpa do planeta” e chamou a atenção para a “precificação” disso.

EMPREGOS

Índice da construção fica estável

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, São Luis

O índice que avalia o número de empregados na indústria da construção civil permaneceu praticamente estável em abril, na comparação com março, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mês passado, o índice ficou em 50,7 pontos, ante os 50 pontos registrados em março.

Os dados constam do boletim Sondagem Industrial da Construção. Já o índice do nível de atividade ficou em 50,1 pontos, registrando recuo de 1,2 ponto com relação a março. Apesar da queda em relação a março, o desempenho da construção em abril permaneceu positivo.

Os índices avaliados pela CNI apresentam variação de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento do emprego, da produção, estoque acima do planejado ou uti-

lização da capacidade instalada acima do usual.

Valores abaixo de 50, indicam que o nível de atividade está abaixo do usual. O valor próximo da linha divisória dos 50 pontos, que separa aumento de queda do nível de atividade, sinaliza estabilidade.

O índice não apresentava valor acima dos 50 pontos para o mês de abril desde 2012, quando registrou 50,6 pontos. A entidade disse, porém, que os resultados são os

O índice do nível de atividade ficou em 50,1 pontos, recuo de 1,2 ponto em relação a março

melhores para o mês de abril, desde 2012.

“O desempenho da construção em abril de 2022 foi positivo para o período quando comparado a anos recentes.

O índice do nível de atividade ficou em 50,1 pontos em abril de 2022, registrando recuo de 1,2 ponto com relação a março.

Estabilidade

O valor próximo da linha divisória dos 50 pontos, que separa aumento de queda do nível de atividade, sinaliza estabilidade. O índice não apresentava valor acima dos 50 pontos para o mês de abril desde 2012, quando registrou 50,6 pontos”, disse a CNI.

Em abril, a Utilização da Capacidade Operacional (UCO) da indústria da construção civil caiu 1 ponto percentual na comparação com março, de 68% para 67%.

A CNI também divulgou o índice de Confiança do Em-

presário (Icei) da indústria de construção civil para o mês de maio. O indicador apresentou um aumento de 0,7 ponto, na comparação com abril, ficando em 56,2 pontos.

“Por estar acima da linha divisória de 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança, o índice indica que os empresários da construção estão confiantes.

O resultado é o melhor para maio desde 2012, quando alcançou 60,9 pontos”, informou a confederação.

Porém, a percepção dos empresários em relação às condições correntes segue negativa em maio.

O índice de Condições Atuais ficou em 48,6 pontos, aumento de 0,2 ponto frente o mês anterior. Assim, como destacado para o Icei, o resultado é o melhor para maio desde 2012. Em maio, o índice de expectativa de novos empreendimentos e serviços mostrou uma pequena queda do otimismo.

MONTADORA

Ford anuncia venda da fábrica de Santo André

BRUNO BOCCHINI

Agência Brasil, São Paulo

A Ford anunciou ontem que assinou contrato de venda da fábrica de Santo André (SP) para a São José Desenvolvimento Imobiliário.

A concretização do negócio, no entanto, ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). De acordo com a montadora, todo o processo de venda deverá ser concluído no prazo de 60 a 90 dias.

A Ford anunciou no início de 2021 o encerramento das suas atividades no Brasil, após mais de 100 anos montando veículos no país. Fechando unidades industriais, inclusive em Camaçari.

Em nota à época do anúncio, a empresa citou, entre outros fatores, os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus (co-

vid-19) que “amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas”.

Em fevereiro de 2021, a Fundação Procon de São Paulo e a Ford fecharam um acordo em que a empresa se comprometeu a manter a assistência ao consumidor no país, com operações de vendas, serviços, assistência técnica, peças.

No ano passado, a montadora anunciou o fechamento de suas fábricas no Brasil

PREVISÃO TEMPO



Períodos de nublado com chuva a qualquer hora

HOJE
23° 31°



Pancadas de chuva durante a tarde e também à noite

SEXTA
23° 28°



Pancadas de chuva à tarde. Tempo fica aberto à noite

SÁBADO
24° 28°



Pancadas de chuva à tarde. Tempo fica aberto à noite

DOMINGO
23° 26°

MARÉ HOJE

ALTA 6h05 **2,3m** **BAIXA** 12h14 **0,4m**
18h50 **2,2m**

MARÉ AMANHÃ

ALTA 7h02 **2,2m** **BAIXA** 0h42 **0,7m**
19h54 **2,0m** 13h14 **0,5m**

RESULTADOS LOTERIA

MEGASENA

Sorteio. 2482 / 18-5

01 32 35 44 45 57

QUINA

Sorteio. 5856 / 18-5

12 38 47 56 66

LOTOFÁCIL

Sorteio. 2524 / 18-5

01 02 03 05 06
07 12 14 15 16
19 20 23 24 25

BAHIA Possibilidade de chuvas com trovoadas isoladas entre o Recôncavo e o Nordeste. Nublado em Morro do Chapéu (16/32°C), poucas nuvens em São Desidério (10/29°C).

O ditado popular “promessa é dívida” parece não valer para o Direito no Brasil, já que por aqui dívida é dívida e promessa é promessa. Em 2021, a Emenda Constitucional nº 114 determinou que 60% dos valores recebidos por governos e prefeituras a título de precatórios do Fundef são devidos aos profissionais do magistério. O recurso corresponde às diferenças não transferidas da União para a educação dos estados entre os anos de 1997 a 2006, mas que por determinação judicial deverão ser compensados entre os anos de 2022 a 2024. Mais do que uma promessa do Governo, os valores correspondem a uma dívida que precisa ser quitada junto à categoria.

Não é preciso ser mestre em Direito para compreender que uma promessa consiste na intenção voluntária em cumprir com determinada ação futura, ao passo que diante de uma dívida, a obrigação é imposta, sendo completamente dispensável o ânimo para cumpri-la. Ao que parece, a maioria dos governadores e prefeitos do Brasil não compreende com

Artigo Jorge Falcão Rios e Gabrielle Vitória

Precatórios do Fundef: regulamentação já!

clareza a diferença entre os conceitos, uma vez que se dispõem à regulamentação, muito embora inexista controvérsia de que os 60% dos precatórios do Fundef estejam subvinculados ao pagamento de professores.

Será que esses entes públicos não se importam com as sanções estabelecidas pela legislação para quem a negligenciar? Segundo a Lei nº 14.32, a União suspenderá as transferências voluntárias para os estados e municípios que não efetuarem o repasse

Segundo a Lei nº 14.32, a União suspenderá as transferências voluntárias para os estados e municípios que não efetuarem o repasse dos valores em favor dos profissionais do magistério.

dos valores em favor dos profissionais do magistério. Isso significa dizer que a receita dos estados e municípios será reduzida e o recurso destinado a construir um hospital, uma escola ou uma ponte pode não chegar ao destino.

A Confederação dos Trabalhadores Públicos do Brasil (CSPB), a Associação Classista de Educação e Esporte da Bahia (ACEB), a Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (AFPEB) e a Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia

(Fetrab) precisam ser aplaudidas nesse contexto, já que assumiram a liderança e tomaram a frente na luta pela regulamentação. Através de abaixo-assinados, assembleias e outras formas de mobilização da classe, essas entidades buscam alertar a sociedade, os professores e demais associados sobre o valor inegociável de seus direitos.

No âmbito do Estado da Bahia, já existe uma ação que reivindica a regulamentação, pois o atraso na edição da lei que define o repasse dos valores pode resultar no desvio dos recursos antes que eles cheguem às mãos dos verdadeiros destinatários, os professores. Vale lembrar que na ocasião em que o governador Rui Costa se manifestou sobre o assunto, recusou-se a editar a lei sob o argumento de que os valores não eram devidos em favor da classe de magistério. Completo absurdo, que só revela que a luta dos professores está longe de acabar.

JORGE FALCÃO RIOS E GABRIELLE VITÓRIA SÃO ADVOGADOS DO ESCRITÓRIO FALCÃO RIOS ADVOCACIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, RESPONSÁVEL PELA ASSESSORIA JURÍDICA DA AFPEB E ACEB.

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

ONLINE WWW.CORREIO24HORAS.COM.BR

/correio24horas @correio24horas



Cerimônia A cantora baiana Daniela Mercury e sua esposa, a jornalista Malu Verçosa, marcaram presença no casamento do ex-presidente Lula com a socióloga Janja Silva, ontem, em São Paulo. “Dia de celebrar o amor”, escreveu Daniela marcando os noivos no Instagram. “O amor sempre vence e a gente sabe muito bem disso! Toda felicidade do mundo para @lulaoficial e Janja”, escreveu a jornalista ao publicar a mesma foto. [HTTP://GLO.BO/3WAN3YZ](http://glo.bo/3WAN3YZ)



Fases Deborah Secco, aos 42, é casada há 7 anos. Mas antes do matrimônio com Hugo Moura a famosa curtiu a vida. A atriz confessou que teve sua fase “piranha” e que chegou a perder amigas por isso. “Nunca fiz mal a ninguém. Eu só era o quê? Piranha! Ser piranha hoje tá na moda. Nunca fiz por dinheiro. Eu gosto de transar. Era uma feminista antes do feminismo virar moda”, avaliou Deborah em entrevista ao colunista Leo Dias. [HTTP://GLO.BO/3PKLITX](http://glo.bo/3PKLITX)

Correio Fundado em 20 de dezembro de 1978
Arlistides Novis, 123 – Federação, Salvador–Bahia, CEP 40210-630

ASSINATURAS 71 3480 9140 ACHE AQUI 71 3480 9130

Conselho de Administração
Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior
Renata de Magalhães Correia
Wilson Maron

Editora-chefe LINDA BEZERRA
linda.bezerra@redebahia.com.br

Editora de Arte IANSÁ NEGRÃO iansanegrao@redebahia.com.br
Editor Correio24horas WLADMIR PINHEIRO wiadmir.lima@redebahia.com.br
Gerente de Gestão MAÍRA AZEVEDO maira.azevedo@redebahia.com.br
Gerente Comercial LUCIANA GOMES luciana.gomes@redebahia.com.br
Gerente de Operações e Contratos IVONEI TANAJURA ivonei.tanajura@redebahia.com.br
Gerente de Mercado Leitor MARA SALMERON mara.salmeron@redebahia.com.br
Gerente de Marketing MARTA SOUZA marta.souza@redebahia.com.br

SUCURSAIS
SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA, MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL: Av. das Nações Unidas, 12495, 15º andar, sala 1505, Brooklin Novo – São Paulo – SP CEP: 04576-060 – (011) 5506-5494 escritorio.sp@redebahia.com.br
RIO DE JANEIRO: Estilo Comunicações, Avenida das Américas, 3.665, Loja 241, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep.: 22.631.003. Tel.: (21) 2495-5913 – redebahia@sucursalrj.com.br
BRÁSILIA: LFS Agenciamento de Espaço Publicitários, ST SRTV/Sul, Qd 701, Conj. L, Bl 02, nº 30, Sala 417, Parte B 55, Brasília, DF – CEP 70.340-906. Tel.: (61) 3554-2168
REPRESENTANTE INTERNACIONAL MULTIMEDIA, INC.
7061 Grand National Drive, Suite 127 Orlando, FL 32819-8398 USA Tel. +1-407-903-5000 – Fax +1-407-363-9809 www.multimediausa.com

PREÇOS DO EXEMPLAR AVULSO	SEGUNDA A SEXTA R\$ 1,75	FIM DE SEMANA R\$ 2,00	OUTROS ESTADOS R\$ 3,75	PLANOS DE ASSINATURA IMPRESSO+DIGITAL:	TRIMESTRAL R\$ 135,00	SEMESTRAL R\$ 270,00	ANUAL R\$ 540,00	FILIADO AO	
---------------------------	------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	--	---------------------------------	--------------------------------	----------------------------	------------	--

OS TEXTOS, FOTOS E ILUSTRAÇÕES PUBLICADOS NÃO PODEM SER UTILIZADOS OU REPRODUZIDOS SEM AUTORIZAÇÃO. **FALE COM A REDAÇÃO: 71 3203-1010**

CLT: em 8 anos, país perde 2,8 milhões de trabalhadores

PRECARIZAÇÃO O emprego com carteira assinada tem perdido protagonismo e espaço no mercado de trabalho brasileiro. A participação desta modalidade no total da população ocupada no setor privado ficou em 38,1% no 1º trimestre de 2022 e segue bem distante do pico de 43% alcançado em 2014, de acordo com o gl.

Segundo levantamento da LCA Consultores, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, o

número de trabalhadores com carteira assinada diminuiu em 2,8 milhões entre 2014 e 2022, enquanto que o de trabalhadores por conta própria ou sem registro em carteira aumentou em 6,3 milhões em 8 anos.

Em números absolutos, o contingente atual de trabalhadores com carteira assinada no 1º trimestre de 2022 totalizou 36,3 milhões, contra 39,1 milhões no 1º trimestre de 2014.

O cálculo considera a soma dos trabalhadores do setor privado no regime CLT e domésticos com carteira assinada, sem incluir trabalhadores do setor público.

Mesmo com o aumento do número de brasileiros com emprego formal nos últimos

meses, o percentual dos ocupados com carteira assinada permanece abaixo do patamar pré-pandemia (38,7%). "É um movimento de precarização do mercado de trabalho mesmo", resume Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, autor do levantamento.

De acordo com a pesquisa, feita com base nos números do programa social fornecidos pelo Ministério da Cidadania e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência, em 13 estados o número de famílias que vivem do dinheiro do Auxílio Brasil é maior que o das que vivem da renda do trabalho formal, com vínculo CLT.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,9816	R\$ 4,9826
Dólar Turismo	R\$ 5,0700	R\$ 5,1770
Euro turismo	R\$ 5,3000	R\$ 5,4290

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	106.247,15	-2,34%

POUPANÇA

19/05/2022	0,6286%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,06%	4,29%	12,13%
INPC/IBGE	1,04%	4,49%	12,47%
IGP-M/FGV	1,41%	6,98%	14,66%

Geda pode afetar inflação no curto prazo, diz presidente do Banco Central

FRIO O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a autoridade monetária avalia o impacto que a geadada prevista no Brasil pode ter sobre os preços dos alimentos e na inflação de curto prazo.

Em evento no Rio, Campos Neto disse que as discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade têm ligação

com a política monetária e a estabilidade financeira e destacou que choques climáticos geram efeitos negativos de longo prazo na produtividade e no crescimento econômico.

"Estava fazendo uma reunião de inflação e estávamos falando da geadada que vem por aí e qual é o impacto que isso pode ter em alimentos e na inflação de curto prazo",

disse Campos Neto, em referência a uma conversa com Fernanda Guardado, diretora de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do BC.

A onda de frio que atinge grande parte do país até domingo (22) deixa agricultores em alerta, principalmente os que plantam hortaliças, banana e cana-de-açúcar.

Isso porque, em caso de geadada, essas culturas costumam ser as mais sensíveis, segundo o gl. Se esses alimentos forem afetados, o frio pode resultar em produtos com menos qualidade e ainda mais caros — lembrando que alguns legumes, frutas e o café estão entre os itens que mais subiram de preço nos últimos 12 meses, até abril.

FÁBRICA VENDIDA

Autos A Ford anunciou ontem que fechou acordo de venda da fábrica de Taubaté, no interior de São Paulo, para a construtora São José Desenvolvimento Imobiliário. Além de Taubaté, onde produzía motores, a Ford fechou a fábricas de Camaçari (BA), e da marca Troller, em Horizonte (CE). As unidades ainda estão em busca de um comprador.



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Brasil está se preparando para vender a maior estatal de energia sem discutir um minuto sequer o assunto que está em todos os debates da área: a transição para uma energia limpa, renovável, eficiente e barata. Vender a Eletrobrás custará caro ao consumidor e à competitividade da economia brasileira. Os famosos jabutis do gás não são os únicos seres estranhos do setor. O governo e a Aneel têm tomado decisões que vão encarecer a conta de luz nos próximos anos. Na terça-feira, o órgão regulador decidiu dar sobrevida a uma decisão tomada na época da escassez hídrica e que tem um custo bilionário para o consumidor. Se já não fazia sentido naquele momento, muito menos agora.

A decisão final não foi tomada pela Aneel, mas três diretores baixaram uma resolução alterando as regras do programa emergencial. No ano passado, durante o período de escassez hídrica, foi contratada energia de usina nova a um preço muito alto. Era R\$ 1.600 o megawatt/hora e de energia fóssil. Um despautério, porque há energia ofertada por R\$ 250 o megawatt. A chuva felizmente veio e essa energia não foi mais

necessária. Algumas empresas também não conseguiram entregar a energia nova. Pela resolução, elas passarão a ter o direito de vender esses contratos para quem tem térmica parada. Um dos beneficiados com essa decisão é a holding J&F.

Os jabutis enfiados no projeto de privatização da Eletrobrás — e já até regulamentados — beneficiam o empresário Carlos Suarez, dono de distribuidoras de gás em lugares onde não tem gás. É por isso que, em vez de se construir as térmicas a gás no Rio, vão fazê-lo nos mais variados endereços do país, a um custo de R\$ 56 bilhões a serem acrescentados à conta de luz. Ainda será preciso construir os gasodutos que podem chegar a R\$ 100 bilhões.

A privatização deveria ter co-

meçado pelas perguntas: o que nos trará uma energia melhor, mais barata, mais atual, e que modelo permitirá mais competitividade à economia brasileira? Nada disso foi perguntado. O modelo de venda pela capitalização foi pensado no governo Michel Temer para ser feito rapidamente e acabou entortado no governo Bolsonaro pela incompetência na articulação no Congresso, onde os lobbies capturaram o projeto de privatizar a Eletrobrás.

Há muitas empresas, atuando hoje no Brasil, que estão vendo a direção certa, investindo nas novas energias renováveis. E por novas eu quero dizer solar fotovoltaica, eólica, biomassa. As hidrelétricas na Amazônia não são energia limpa. Podem ser limpas na hora de gerar, e tal-

vez nem isso. Mas são construídas a um alto custo social e ambiental, como foi o caso das usinas do Rio Madeira e da emblemática Belo Monte.

Que energia queremos para o século XXI, para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, para minimizar impactos ambientais e sociais? Qual é o modelo de regulação e de contratação de energia que pode reduzir o custo para o consumidor? Nada disso é discutido. É uma privatização sem eira nem beira, para que o governo possa dizer que é liberal, quando na verdade é um governo liberticida. E o ministro da Economia possa dizer que não vendeu R\$ 1 trilhão como prometeu, mas vai privatizar mais se o país reeleger Jair Bolsonaro. A venda, em um modelo mal pensado, vai ser feita para

atender a um discurso de planejamento.

Pode-se argumentar que uma parte da venda da Eletrobrás vai para a CDE para aliviar a conta de luz. O problema é que há tanto custo extra jogado nos anos seguintes que esse alívio sequer será sentido. Este ano a Aneel aprovou aumentos de até 24%. Mas para o ano que vem já foi jogado por exemplo o começo do pagamento pelo consumidor do empréstimo concedido pelo BNDES para as empresas distribuidoras. Um truque para evitar mais aumentos neste ano eleitoral.

Tudo é assim, casuístico, caro, irracional no setor de energia. O carvão teve seu subsídio renovado até 2040. O Brasil tem contratado energia fóssil a qualquer custo, como o desses contratos emergenciais a R\$ 1.600, que agora ganham sobrevida. O que o Brasil quer do seu setor de energia? Aumentar as emissões e dar um eletrochoque no consumidor?

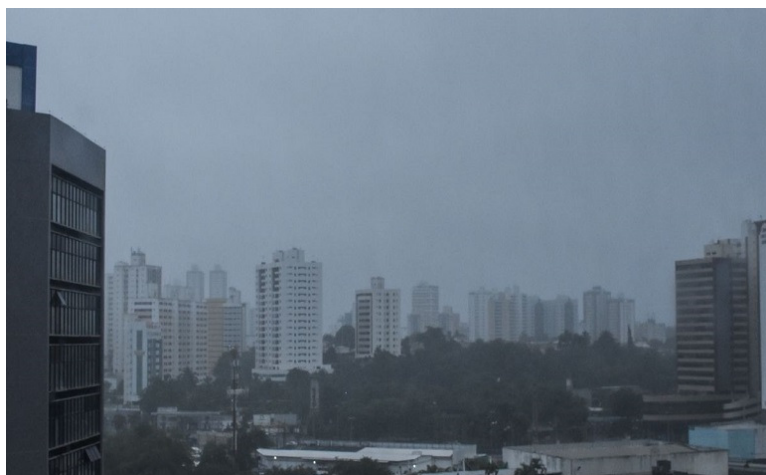
A privatização da Eletrobrás poderia ser um bom momento para reduzir irracionalidades do setor, torná-lo mais eficiente, universalizar a energia e planejar o caminho para o carbono zero.

COM ALVARO GRIBEL. (DE SÃO PAULO)

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/05/2022	Coluna: Economia



BAHIA E MINAS VÃO RECEBER MAIS R\$ 700 MILHÕES PARA RECONSTRUÇÃO DE LOCAIS DESTRUÍDOS PELAS CHUVAS



19 Maio, 2022

A Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória (MP) 1.092 de 2021, que abre crédito extraordinário de R\$ 700 milhões para que o Ministério da Cidadania atenda regiões brasileiras afetadas pelas fortes chuvas de dezembro. O texto segue para o Senado.

Os principais estados beneficiados serão Bahia e Minas Gerais, ambos atingidos por enxurradas durante o fim do ano passado. Das verbas aprovadas, R\$ 200 milhões serão para a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos e R\$ 500 milhões para a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O envio de cestas de alimentos para moradores dessas regiões será feito em parceria com o programa federal Pátria Voluntária.

Na Bahia, 13 municípios foram atingidos, com cerca de 470 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, das quais quase 80 mil ficaram desabrigados ou desalojados em decorrência das inundações. Já em Minas Gerais, o número de atingidos superou a marca de 40 mil pessoas em 84 municípios, que decretaram estado de emergência ou calamidade pública. *Com informações da Agência Câmara.

Veículo: Política Livre	
Data: 19/05/2022	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Foto: Amanda Perobelli/Reuters

Recursos serão destinados majoritariamente para Bahia e Minas Gerais 19 de maio de 2022 | 07:30

Medida Provisória prevê R\$ 700 milhões a regiões atingidas por chuvas; Bahia é contemplada

BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (18) a medida provisória (MP) 1.092 de 2021, que abre crédito extraordinário de R\$ 700 milhões para que o Ministério da Cidadania atenda regiões brasileiras afetadas pelas fortes chuvas de dezembro. O texto segue para o Senado.

Os principais estados beneficiados serão Bahia e Minas Gerais, ambos atingidos por enxurradas durante o fim do ano passado. Das verbas aprovadas, R\$ 200 milhões serão para a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos e R\$ 500 milhões para a proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O envio de cestas de alimentos para moradores dessas regiões será feito em parceria com o programa federal Pátria Voluntária.

Na Bahia, 13 municípios foram atingidos, com cerca de 470 mil pessoas em situação de vulnerabilidade, das quais quase 80 mil ficaram desabrigados ou desalojados em decorrência das inundações.

Já em Minas Gerais, o número de atingidos superou a marca de 40 mil pessoas em 84 municípios, que decretaram estado de emergência ou calamidade pública.

Agência Brasil



BahiaJá
Jornalismo da integração
TASSO FRANCO - DIRETOR DE REDAÇÃO

15 anos
(/)



(http://www.bahiaja.com.br)

CAPA (/CAPA) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS (/ULTIMASNOTICIAS)** **MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)** **COLUNISTAS (/COLUNISTAS)**
ARTIGOS (/ARTIGOS) **BAHIAJÁ VÍDEOS (/VIDEOS.PHP)** **FALE CONOSCO (/FALECONOSCO)**

quinta-feira, 19 de maio de 2022

ECONOMIA (/ ECONOMIA)

MINISTRO DO STF SUSPENDE POLÍTICAS ESTADUAIS SOBRE ICMS COMBUSTÍVEIS

A Bahia tem uma alíquota de 27% que poderá ser reduzida

Tasso Franco , Paris | 14/05/2022 às 03:45

Facebook

Twitter

WhatsApp



STF poderá uniformizar a cobrança

Foto: BJA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a forma como os Estados aplicaram a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o óleo diesel.

Em março, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Bolsonaro definiu que deveria haver em todo o Brasil uma alíquota única do ICMS sobre o diesel.

Notícias relacionadas

"Desinformação, ataques e ameaças não são fantasmas", diz Fachin

Brasileiro desaparece em Portugal após ir à casa de ex em trabalho de parto

Média móvel de mortes pela covid no Brasil volta a ficar abaixo de 100

As notícias do dia você acompanha na capa do Terra; confira!

Os secretários estaduais de Fazenda fixaram um valor único do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível, mas permitiram descontos, o que na prática possibilita a cada Estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor estabelecido na ocasião foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no País.

"Entendo-o configurado diante da proximidade de vigência do novo modelo, considerando ainda que a complexidade e relevância da questão justifica a urgência para que, a partir de tal decisão, se dê início imediato à construção de uma solução efetiva, perene e consentânea com os parâmetros constitucionais reguladores da matéria", escreveu o ministro, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, na decisão.

Ele deu prazo de cinco dias para que Câmara, Senado e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se manifestem sobre o tema. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a AGU terão prazo semelhante.

O pedido de limitar, feito por meio de ação direta de constitucionalidade (ADI), foi protocolado na noite de quinta-feira, 12. Pouco antes, o presidente Jair Bolsonaro afirmou durante transmissão ao vivo nas redes sociais que iria recorrer à Justiça para tentar obrigar a Petrobras reduzir o preço dos combustíveis. Ele admitiu, no entanto, que são remotas as possibilidades de conseguir decisão favorável e reclamou de interferências do Judiciário em medidas para enfrentar a alta na inflação.

Segundo a ação apresentada pelo governo ao STF, há "persistência da prática de alíquotas assimétricas", o que, argumenta a AGU, "onera significativamente os contribuintes, que já se encontram pesadamente impactados pela variação drástica do preço dos combustíveis na atual conjuntura".

"A uniformização de alíquotas é outra medida fundamental para tornar os combustíveis menos suscetíveis a flutuações conjunturais, para aperfeiçoar a transparência e a previsibilidade no preço desses insumos", diz a AGU ao pedir uma liminar para suspender as cláusulas do convênio firmado entre os Estados que permitiu o desconto sobre a alíquota máxima.

^



(enviarnoticia?)

idEditoria=

1&idNoticia=

138643)

MAIS NOTÍCIAS



(/economia/noticia/2022/05/19/sefaz-ba-intercpta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-de-r338-mi,138743,0.html)
SEFAZ-BA INTERCPTA CARGAS IRREGULARES DE ETANOL E CHARQUE DE R\$3,38 MI (/economia/noticia/2022/05/19/sefaz-ba-intercpta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-de-r338-mi,138743,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/19/sefaz-ba-intercpta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-de-r338-mi,138743,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/19/sefaz-ba-intercpta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-de-r338-mi,138743,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/19/sefaz-ba-intercpta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-de-r338-mi,138743,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)
FAEB PROMOVE ENCONTROS COM PRÉ CANDIDATOS AO GOVERNO DA BAHIA (/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/faeb-promove-encontros-com-pre-candidatos-ao-governo-da-bahia,138737,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)
COFFETOWN DO CORREDOR DA VITÓRIA PARTICIPA DO RESTAURANT WEEK (/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/18/coffetown-do-corredor-da-vitoria-participa-do-restaurant-week,138720,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)
MISTURA ITAPUÁ PARTICIPA DO SALVADOR RESTAURANT WEEK COM MENU ESPECIA (/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/17/mistura-itapua-participa-do-salvador-restaurant-week-com-menu-especia,138710,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)
CONTINENTAL AMPLIA OFERTA DE PNEUS AUTOSSELANTES NO MERCADO BRASILEIRO (/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/continental-amplia-oferta-de-pneus-autosselantes-no-mercado-brasileiro,138688,0.html)



(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)
CUSTO DE VIDA EM PARIS É ALTO MAS NÃO ASSUSTA PARA QUEM GANHA EM EUROS (/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

^

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

BAHIA JÁ

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/economia/noticia/2022/05/16/custo-de-vida-em-paris-e-alto-mas-nao-assusta-para-quem-ganha-em-euros,138683,0.html)

(/ECONOMIA/NOTICIA/2022/05/16/CUSTO-DE-VIDA-EM-PARIS-E-ALTO-MAS-NAO-ASSUSTA-PARA-QUEM-GANHA-EM-EUROS,138683,0.HTML)
CAPA (/CAPA.PHP)

ÚLTIMAS NOTÍCIAS (/ULTIMASNOTICIAS)

MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)

ARTIGOS (/ARTIGOS)

FALE CONOSCO (/FALECONOSCO)

EDITORIAS

POLÍTICA (POLITICA)

SALVADOR (SALVADOR)

BAHIA (BAHIA)

DIREITO (DIREITO)

ECONOMIA (ECONOMIA)

SAÚDE (SAUDE)

TECNOLOGIA (TECNOLOGIA)

TURISMO (TURISMO)

SHOWS (SHOWS)

ESPORTE (ESPORTE)

CULTURA (CULTURA)

COLUNISTAS

MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)

POLÍTICA (/TASSOFRANCO/POLITICA)

A BOA MESA (/DOMFRANQUITO/ABOAMESA)

CRÔNICAS (/JOLIVALDOFREITAS/CRONICAS)

ESPORTES (/ZEDEJESUSBARRETO/ESPORTES)

CINEMA (/DIOGOBERNI/CINEMA)

LITERATURA (/ROSADELIMA/LITERATURA)

CANTINHOS DA BAHIA (/AGAPITOPAES/CANTINHOSDABAHIA)

CAUSOS & LENDAS (/LOBISOMEMDESERRINHA/CAUSOS&LENDAS)

FILOSOFIA POPULAR (/RASTADOPELO/FILOSOFIAPOPULAR)

CRÔNICAS DE COPACABANA (/NARAFRANCO/CRONICASDECOPACABANA)



(<https://www.facebook.com/bahiaja>)



(<https://twitter.com/bahiaja>)



(<https://www.instagram.com/bahia.ja>)

Veículo: Política Livre	
Data: 19/05/2022	Caderno: Política



Foto: Reprodução / Arquivo

Sede da Governadoria, no CAB, em Salvador, onde delegados pretendiam entregar cargos 18 de maio de 2022 | 17:17

400 delegados anunciam entrega de cargos em protesto contra crise na segurança e alegada ‘intransigência’ de governador

EXCLUSIVAS

Quatrocentos delegados da Polícia Civil da Bahia, segundo nota divulgada pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, entregaram nesta quarta-feira (18), os cargos comissionados que ocupam na estrutura da Secretaria da Segurança Pública (SSP) como protesto em decorrência do ‘tratamento ruim’ que alegam receber do governador Rui Costa (PT) e também devido à intransigência no diálogo que eles desejam que fosse “aberto e franco” com a categoria.

Ainda segundo o comunicado, os delegados se comprometem a não assumir os cargos que ficarem vagos. Os ofícios seriam entregues, segundo nota do sindicato, na Governadoria. “A manifestação unívoca da classe significa o mais corajoso e difícil gesto de protesto realizado em decorrência do tratamento que vem recebendo do senhor governador Rui Costa, que com a sua absoluta intransigência se fecha para o diálogo aberto e franco com os servidores policiais civis deste estado”, diz trecho na nota dos delegados.

Eles prosseguem e alegam que “toda e qualquer tratativa feita até o presente momento com os interlocutores, que, preocupados com a decisão da classe, se colocaram à disposição, não foi suficiente para fazê-lo admitir a gravidade da situação, o que deixa cristalino o fato de que a segurança pública em nosso estado nunca foi preocupação do governador Rui Costa”. Os delegados afirmam ainda que “no governo Rui Costa vivenciamos a pior gestão da segurança pública nos últimos 20 anos”.

Confira a íntegra da nota:

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, cumprindo seu papel de representante da classe, vem a público informar à população baiana que mais de 400 delegados fazem a entrega de seus cargos comissionados hoje, dia 18 de maio de 2022, e se comprometem a não assumir os que ficarem vagos, por meio de ofícios que serão entregues na Governadoria por esta representação.

A manifestação unívoca da classe significa o mais corajoso e difícil gesto de protesto realizado em decorrência do tratamento que vem recebendo do senhor governador Rui Costa, que com a sua absoluta intransigência se fecha para o diálogo aberto e franco com os servidores policiais civis deste estado.

Toda e qualquer tratativa feita até o presente momento com os interlocutores, que, preocupados com a decisão da classe, se colocaram à disposição, não foi suficiente para fazê-lo admitir a gravidade da situação, o que deixa cristalino o fato de que a segurança pública em nosso estado nunca foi preocupação do governador Rui Costa. Vivemos tempos sombrios, de autoritarismo, com este malversado governo, mas a ADPEB, durante todo o período de negociação, respeitou as linhas impostas, a fim de contribuir com o delineamento de um campo democrático que se fundamenta no diálogo, no entendimento e na compreensão. Assim, esta entidade de classe atuou incessantemente nos bastidores visando preservar os interesses dos delegados, apelando ao bom senso e à reponsabilidade de quem detém o poder de decisão, porém nada nem ninguém conseguiu fazer Rui Costa sair do seu pedestal para ouvir os servidores.

Diante desse quadro, faremos a entrega dos cargos, já adiada algumas vezes na esperança de que o diálogo prevalecesse, mas novamente nos deparamos com a decisão final do governo de não atender às demandas postas na mesa de negociação, ratificando sua inabilidade política em abraçar verdadeiramente as questões cruciais da segurança pública em nosso estado.

No governo Rui Costa vivenciamos a pior gestão da segurança pública nos últimos 20 anos. Seu desprezo pelos servidores, aliado à sua falta de planejamento para a instituição, emperrou o combate à criminalidade organizada, em que pese toda a dedicação dos delegados e delgadas de polícia que enfrentam jornadas extenuantes de trabalho. Em troca, sofremos inúmeras reformas legislativas que aniquilaram os direitos de todos os servidores, o que nos conduziu à posição de pior remuneração da categoria em todo o país e nos obrigou a conviver em unidades policiais insalubres.

Como se não bastasse, o governador não cumpre ordens judiciais transitadas em julgado, assolapando direitos já restabelecidos aos servidores em atividade e aposentados, revelando, mais uma vez, sua personalidade avessa aos princípios republicanos e democráticos exigidos pela CF a qualquer governante.

O clima institucional é de revolta e insatisfação com o governador Rui Costa, que não demonstra qualquer preocupação com as classes policiais e com o destino de tão

honrosa e importante instituição como é a Polícia Civil, seja para o sistema de justiça penal, seja para a defesa social.

Os delegados de polícia do Estado da Bahia se colocam do lado da sociedade e deixam claro que as consequências deste ato serão contabilizadas no já desastroso resultado da política de segurança pública dos últimos oito anos, e que a decisão em aguardar esta data para a entrega dos cargos visou resguardar os serviços prestados pelos órgãos centrais de combate à criminalidade no estado, em face da adesão quase integral de todos os cargos de gestão da Polícia Civil da Bahia.

A ADPEB/Sindicato reafirma o seu compromisso com a categoria e solicita que os delegados se mantenham unidos e atentos as próximas orientações que serão realizadas através dos canais de comunicação da entidade de classe.



Tanques em refinaria da Petrobras no DF; Comsefaz diz que decisão do Supremo pode elevar preço do diesel em até R\$ 0,20, em média Adriano Machado - 14.mar.22/Reuters

Liminar do ICMS pode elevar preço do diesel, e governo tenta nova mudança

Confusão de interpretações após decisão de Mendonça, do STF, leva a convocação de reunião do Confaz

Nicola Pamplona
e Iliana Tomazelli

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA A liminar obtida pelo governo federal contra a manobra dos estados para regulamentar a nova lei do ICMS dos combustíveis tornou-se o centro do novo cabo de guerra entre a União e governadores sobre o tema.

De um lado, governos estaduais e distribuidoras de combustíveis alertam para o risco de a decisão judicial de suspender a aplicação dos descontos aplicados pelos estados sobre a alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro sobre o diesel surtir efeito contrário ao desejado, elevando o preço do combustível nas bombas.

De outro, o governo federal quer usar a decisão para forçar uma mudança no convênio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) que estabeleceu a alíquota uniforme. O Ministério da Economia, que preside o colegiado, convocou uma reunião extraordinária para esta quinta-feira (19) a fim de debater o tema com os estados.

Concedida pelo ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), na sexta-feira (13), a liminar gerou uma confusão de interpretações que até agora só

não evoluiu para uma dificuldade operacional porque as novas alíquotas entram em vigor só em 1º de julho, quando termina o congelamento do ICMS iniciado em setembro de 2021.

Mendonça derrubou o chamado "fator de equalização", que permitia que os estados dessem descontos sobre a alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro estabelecida em convênio do Confaz. Assim, estados e executivos do setor entendem que essa será a alíquota única.

A decisão atendeu a um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), que solicitou ao STF a suspensão apenas dos fatores de ajuste, mas não da alíquota em si.

Como a maior parte dos estados pratica valores menores, a adoção dessa alíquota representaria aumento da carga tributária média sobre o combustível, que bateu na semana passada recorde histórico ao atingir o preço médio de R\$ 6,847 por litro.

Em São Paulo, por exemplo, a alíquota com desconto seria de R\$ 0,6597 por litro, equivalente à cobrada hoje no estado. Assim, o uso da alíquota máxima prevista no convênio representaria um aumento de R\$ 0,3463 por litro.

O Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários da Fazenda,

Entenda a polêmica sobre o ICMS

O que diz a lei? O ICMS dos combustíveis passa a ser cobrado em reais por litro, em vez de percentual sobre preço de referência, e de forma monofásica, isto é, apenas na produção. Alíquota tem que ser uniforme em todo país. Vale a partir de janeiro de 2023, mas, para o diesel, foi criado um período de transição, em que se cobra a alíquota média dos últimos 60 meses enquanto não for regulamentada a nova alíquota ou até dezembro de 2022.

Como ficou após manobra dos estados? Para evitar perda de arrecadação no período de transição, estados correram para regulamentar a nova alíquota unificada para o diesel. Em convênio do Confaz, estipularam alíquota única de R\$ 1,006 por litro, mas permitiram a aplicação de descontos para que

cada estado permaneça cobrando o mesmo valor vigente antes da lei

Quais os efeitos da liminar do governo?

O governo pediu o fim do fator de equalização, instrumento do convênio do Confaz que permite os descontos, para aplicação imediata da alíquota unificada ou das regras do período de transição. Estados alegam que a liminar pode levar à cobrança da alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro, o que representaria aumento médio de R\$ 0,20 por litro, provocando efeito contrário ao desejado pelo governo. No mercado, há diferentes interpretações sobre o tema e o governo convocou reunião com o Confaz para tentar mudar o convênio. Caso contrário, pode aditar o pedido de liminar para forçar a mudança

decisão seja mantida.

Segundo integrantes do governo, a AGU foi alertada sobre o risco de pedir a suspensão apenas dos descontos, sem questionar a alíquota.

No entanto, o órgão jurídico do governo tem um entendimento de que a decisão do ministro André Mendonça leva os estados a reverter o convênio.

De acordo com fontes a par das discussões, a intenção da Economia é que os governos estaduais substituam a alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro do diesel por uma alíquota ad valorem (percentual sobre o preço) calculada sobre a média dos preços dos últimos 60 meses.

Essa é exatamente a regra de transição incluída pelo Congresso para vigorar em 2022, caso os estados não tivessem agilizado a regulamentação da lei.

Representantes dos estados alegam que não há mais sentido em falar em período de transição, pois o Confaz já publicou convênio com as regras definitivas do setor. O texto diz que a média seria aplicada "enquanto não disciplinada a incidência do ICMS nos termos dessa lei".

Caso não haja avanço, a AGU também está sendo aconselhada a aditar o pedido feito ao STF para incluir a suspensão da alíquota em si.

Os governos estaduais sempre resistiram à unificação do ICMS, como prevê a lei, alegando que a medida representa perda de arrecadação

nos estados que têm alíquota mais alta ao mesmo tempo em que aumenta o preço dos combustíveis naqueles com carga tributária menor.

Em um esforço para tentar conter a escalada dos preços, porém, o governo Jair Bolsonaro patrocinou o debate no Congresso, incluindo a cláusula da transição, que teria efeito imediato sobre os preços ao reduzir a carga tributária à média dos últimos 60 meses.

O fator de equalização foi a saída encontrada pelos estados para evitar a unificação das alíquotas, estabelecendo um valor equivalente ao ICMS mais caro do Brasil, cobrado no Acre, e liberando as secretarias de Fazenda a conceder descontos.

Pela nova regra, o ICMS passa a ser cobrado em reais por litro, em vez de uma alíquota percentual sobre um preço de referência calculado pelas secretarias de Fazenda, como é hoje. Passa também a ser cobrado apenas no produtor, não mais em todas as etapas da cadeia.

A mudança é defendida há tempos pelo setor de combustíveis, que vê na simplificação do ICMS um reforço na luta contra fraudes tributárias, como a venda em outros estados de produtos comprados com imposto mais barato.

Apoiador da mudança no ICMS, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás) tem a avaliação de que a adoção da maior alíquota pelos estados contraria artigo da lei que impede o aumento da carga tributária média sobre o combustível.

"A gente tem que ler a lei como um todo", diz a diretora de Downstream do IBP Valéria Lima, citando o parágrafo 5 do artigo 6, que determina "que não haja ampliação do peso proporcional do tributo na formação do preços".

Segundo ela, a alíquota média sobre o diesel hoje é de R\$ 0,69 por litro. Lima questiona a resistência dos estados em adotar a média de 60 meses estabelecida pela lei, alegando que o governo federal já deu sua contribuição ao zerar as alíquotas de PIS/Co-fins sobre o diesel.

"Os estados têm sido sócios do aumento dos combustíveis", afirma, lembrando que a arrecadação de ICMS sobre esses produtos subiu 41% no primeiro trimestre. O IBP calcula que, com a alíquota média de 60 meses, equivalente a R\$ 0,61 por litro, a alta teria sido de 6%.

A própria AGU pediu a Mendonça respeito também à cláusula da lei que impede a elevação da carga tributária média sobre os combustíveis, o que os estados dizem ser inviável sem o fator de equalização.

Em nota técnica sobre a liminar, o Comsefaz diz que o aumento médio do ICMS sobre o diesel "não é pretendido por nenhum Estado ou pelo DF [Distrito Federal]" e pelo Colegiado Nacional de Procuradores Gerais dos Estados do Distrito Federal que solicite o julgamento do tema pelo plenário do STF.



**SOLUÇÕES
AUTOMÁTICAS
PARA ARMAZÉNS
INTELIGENTES**

☎ 0800 771 3036

mecalux.com.br



Bolsonaro corrige lei que permitia crédito tributário por imposto zerado

Secretaria-Geral da Presidência se limitou a dizer que a iniciativa "tem por fim aumentar a segurança jurídica nas relações entre a administração pública e os contribuintes, não ocasionando impacto fiscal"

Por Matheus Schuch, Valor — Brasília

18/05/2022 14h36 · Atualizado há 19 horas

O presidente **Jair Bolsonaro** editou **Medida Provisória (MP)** para **corrigir um trecho da lei que desonerou tributos federais sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação**. O texto da lei complementar 192, de 11 de março deste ano, abria margem para empresas que comprem combustíveis para seu próprio uso solicitarem crédito tributário, deduzindo valores devidos à Receita de outros impostos federais.

Publicada no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira, a MP suprime a parte final do art. 9º da lei, que trata da manutenção dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e o Cofins vinculados à comercialização de combustíveis.

Ao divulgar a edição do ato, a Secretaria-Geral da Presidência se limitou a dizer que a iniciativa "tem por fim aumentar a segurança jurídica nas relações entre a administração pública e os contribuintes, não ocasionando impacto fiscal".



IFI: Quadro fiscal melhora desde fim de 2021, mas inflação e precatórios são fatores de risco

O controle da inflação prejudica a atividade e colocará um freio na arrecadação e na queda da dívida pública, aponta a instituição

Por Estevão Taiar, Valor — Brasília

18/05/2022 15h24 · Atualizado há 18 horas



Foto: Daniel Dan/Pexels

A **situação das contas públicas melhorou** desde dezembro de 2021, mas a **inflação deve interromper esse quadro**, e existem outros riscos no horizonte, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI).

“O quadro fiscal é melhor, mas é preciso estarmos atentos aos riscos. O controle da inflação prejudica a atividade e colocará um freio na arrecadação e na queda da dívida [pública]. Os olhos se voltam para a despesa e a experiência recente nos mostra que o teto de gastos tem sido o elo mais fraco”, diz o órgão de acompanhamento das contas públicas ligado ao Senado, no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de maio, divulgado nesta quarta-feira. O teto de gastos é o instrumento que limita o crescimento das despesas primárias (ou seja, não inclui gastos com a dívida pública) à inflação do ano anterior.

A projeção da IFI para o resultado primário, diferença entre as receitas e despesas primárias e principal indicador de fluxo das contas públicas, é de déficit de R\$ 19,2 bilhões (0,2% do Produto Interno Bruto, o PIB) neste ano - contra R\$ 99,6 bilhões projetados em dezembro de 2021 para o mesmo período. Segundo a instituição, o fator que explica a melhora é “o crescimento esperado da arrecadação”. O número também representa melhora em relação aos R\$ 33,7 bilhões (0,4% do PIB) registrados no ano passado.

“Em 2025, o resultado [primário] alcançaria terreno positivo, com superávit de 0,2% do PIB. Em 2027, o pagamento do passivo de precatórios (dívidas judiciais do poder público já reconhecidas) levaria a novo déficit, o qual já seria revertido [para superávit] no ano seguinte, chegando a 0,8% do PIB em 2031, último ano das projeções”, diz.

A IFI calcula que as despesas primárias terminarão este ano em 18,2% do PIB. “O recuo frente aos 18,6% do PIB alcançados em 2021 decorre do aumento esperado para o PIB nominal acima do aumento projetado para as despesas”, diz. Nesse cenário, “o gasto primário deve recuar para 15,8% do PIB até 2031”.

A instituição aponta ainda que as incertezas a respeito do cumprimento do teto de gastos diminuíram no curto prazo, mas aumentaram no médio prazo. “As recentes alterações do teto de gastos, que ampliaram o espaço para novas despesas, e a desaceleração dos dois principais gastos federais – previdência e pessoal –, produzem um cenário benigno para o cumprimento da regra nos próximos anos”, diz.

Esse cenário leva em conta a transformação do Auxílio Brasil em um programa permanente e o reajuste salarial linear de 5% para servidores públicos neste ano.

“Mas a regra segue sob pressão: a depender da magnitude, novas demandas só se viabilizariam via cortes compensatórios, e os gastos discricionários, investimentos incluídos, continuam em patamar historicamente baixo”, diz.

Tabela apresentada pela IFI mostra que, em seu cenário principal, o risco de descumprimento do teto é considerado baixo até 2024, moderado em 2025 e elevado a partir de 2026.

“No médio prazo, um dos principais riscos é o passivo que deve ser gerado com a limitação dos gastos com sentenças judiciais e precatório”, afirma, referindo-se às mudanças realizadas no ano passado no pagamento dessas despesas.

A IFI calcula que “em 2027, os pagamentos não efetuados por força da regra do teto de precatórios devem piorar o primário em 2 pontos percentuais” do PIB.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

25 brinquedos que você tinha na infância e hoje valem uma fortuna

INVESTING.COM

Parcela de óleo da União em contratos de partilha no pré-sal cresce 51,3% em março

Volume, em média de 18,6 mil barris por dia, é o maior já registrado até o momento, seguindo a sequência de recordes mensais que tem ocorrido desde novembro, segundo a Pré-Sal Petróleo

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

18/05/2022 15h42 · Atualizado há 18 horas

O **volume de petróleo destinado à União nos contratos de partilha em campos do pré-sal** ficou em média em 18,6 mil barris por dia (barris/dia) em março de 2022, crescimento de 51,3% em relação a igual mês no ano passado. O volume é o maior já registrado até o momento, seguindo a sequência de recordes mensais que tem ocorrido desde novembro.

Na comparação com fevereiro de 2022, o aumento em março foi de 8%. Os dados são do boletim mensal de contratos de partilha de produção, divulgado nesta quarta-feira (18) pela **Pré-Sal Petróleo** (PPSA), responsável pela gestão dos contratos de partilha.

A variação é explicada pelo aumento no volume de óleo do campo do Entorno de Sapinhoá, na Bacia de Santos.

No caso da produção de gás natural que cabe à União, em março o volume ficou em 163 mil metros cúbicos por dia (m³/dia), crescimento de 13,2% na comparação anual. Em relação ao mês imediatamente anterior, o aumento foi de 44,2%.

Com isso, desde o início da produção em áreas da partilha, em 2017, até março deste ano, a União já acumulou 13 milhões de barris de petróleo e 114 milhões de m³ de gás natural referente ao volume que lhe cabe nos contratos.

Atualmente, há quatro campos no regime de partilha em produção: Mero (antigo bloco de Libra), Entorno de Sapinhoá, Búzios e Tartaruga Verde Sudoeste. Todos estão na Bacia de Santos, com exceção de Tartaruga Verde Sudoeste, que fica na Bacia de Campos.

